



**Universidade de Brasília
Faculdade UnB Planaltina
Licenciatura em Ciências Naturais**

**A inclusão escolar a partir da percepção
de professores e de licenciandos**

Poliana Carvalho de Lima

Orientadora: Profa Dra Cynthia Bisinoto

**Planaltina-DF
Junho de 2017.**

RESUMO

Esse trabalho fala da inclusão escolar sob a percepção de professores da educação básica e de estudantes de licenciatura. Teve como objetivo investigar a percepção dos licenciandos e dos professores sobre o tema, conhecer o perfil de formação, compreender a percepção dos participantes sobre a relação professor-aluno, além de identificar estratégias que podem contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. A metodologia utilizada foi a qualitativa, através de questionários abertos aplicados com quatro professores e três licenciandos. Os resultados indicam que os professores e os licenciandos têm uma percepção positiva sobre a inclusão escolar, o que é um elemento fundamental para o seu sucesso. Consideram importante a relação aluno-professor e indicam estratégias diferenciadas para promover a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Palavras-chave: Educação especial, percepção docente; estratégias pedagógicas.

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão escolar é um tema importante e bastante discutido nos últimos anos. As possibilidades de educação escolar, no ensino regular, para crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais tem se ampliado significativamente a partir de um conjunto de leis nacionais e internacionais. Entretanto, apesar da relevância cada vez mais crescente de processos inclusivos, seja na sociedade em geral seja nas escolas, a inclusão escolar é um tema pouco explorado ao longo do curso de Licenciatura em Ciências Naturais na Faculdade UnB Planaltina (FUP), pois durante o mesmo somente uma disciplina obrigatória – LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais – e uma disciplina optativa – O Educando com Necessidades Educacionais Especiais –, são ofertadas aos alunos, tendo sido essa a razão que motivou a abordagem do tema neste trabalho.

A formação de um indivíduo em qualquer licenciatura o levará para um mundo onde sempre estará trabalhando em conjunto com outros professores, com coordenadores, assistentes pedagógicos e diretores que assumem o

desafio de promover o processo de aprendizagem e de desenvolvimento de todos os estudantes. Emerge, assim, o desafio profissional de criar estratégias para promover a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, a partir do reconhecimento das necessidades individuais de cada um. Defende-se, hoje, que a escola regular deve se ajustar a todos os estudantes, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), em seu Artigo 58, entende-se: “Por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais”. Logo, a lei estabelece que a educação especial deve ser oferecida na rede regular de ensino, gerando uma modificação nos estabelecimentos de ensino e no sistema educacional. Além disso, no mesmo artigo 58a LDB diz que:

1º Haverá quando necessário serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Conforme estabelece a LDB, com o objetivo de atender às especificidades dos estudantes com necessidades especiais, os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos e organização específicos. Além de que os professores também devem receber formação específica para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, uma importante mudança nesse movimento inclusivo é o fato de que coloca em perspectiva a necessidade fundamental de se considerar a influência do currículo, das estratégias pedagógicas, dos recursos didáticos, da organização escolar e da cooperação entre os profissionais da educação. Assim, o sucesso escolar não é visto somente como mérito dos alunos, mas também dos professores e da escola, os quais devem criar metodologias e estratégias de ensino para as crianças com necessidades especiais. Ganha também especial relevância nesse contexto os serviços de apoio especializado como anunciou a LDB.

Acredita-se que a partir da escola inclusiva haverá uma maior aceitação

das crianças com necessidades especiais pela sociedade, além de ocorrer o desenvolvimento destas adquirindo novas habilidades para que aos poucos, ao longo do processo, elas possam alcançar o sucesso. Segundo CECCON (1993), “a escola está dentro da sociedade, quando mexemos na escola, estamos mexendo na sociedade” (p. 82). Então a sociedade é o reflexo do que se ensina e se defende nas escolas, dela temos a formação heterogênea de pensamentos da sociedade.

Historicamente o movimento a favor da inclusão escolar foi fortemente impulsionado pela Declaração de Salamanca (1994) que versa especificamente sobre *Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. A referida declaração é uma Resolução das Nações Unidas, aprovada por representantes de vários países e organizações internacionais, e é considerada um dos documentos mundiais mais importantes na promoção da inclusão social. Segundo estabelece a Declaração de Salamanca (1994)

os programas de estudo devem ser adaptados às necessidades das crianças e não o contrário, sendo que as que apresentam necessidades educativas especiais devem receber apoio adicional no programa regular de estudos, ao invés de seguir um programa de estudo diferente.

Da legislação brasileira e internacional depreende-se, portanto, que os alunos com necessidades especiais devem ser atendidos de forma igualitária aos demais estudantes, respeitando a necessidade de cada um. Desse modo, o princípio base que deve orientar o processo de inclusão escolar é de que todos os estudantes devem aprender juntos, independentemente de suas dificuldades e diferenças. E com o objetivo de garantir uma educação eficaz para todos, o professor e a escola devem estar aptos a receber esses alunos com as melhores condições possíveis, promovendo a inclusão desde a estrutura física aos recursos de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, a partir de estudo realizado com professores de escolas públicas e, em conformidade com a literatura, o presente estudo investigou a percepção dos mesmos acerca da inclusão escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

O contexto histórico da inclusão

A inclusão escolar no Brasil tem uma grande trajetória, sendo possível apontar que seu início remonta ao século XIX quando os deficientes mentais eram tratados como “alienados mentais”, sendo que os mais agressivos eram mantidos em cadeias e os que não ofereciam riscos às pessoas vagavam pelas ruas (MAZZOTTA, 1996). O primeiro lugar onde ocorreu o acolhimento desses doentes psiquiátricos foi o Hospício Pedro II. Terapias ocupacionais eram utilizadas como meio de reabilitação para inserção na sociedade, sendo esta a principal forma de tratamento dos pacientes (MAZZOTTA, 1996).

Somente com a chegada do século XX que a atenção às pessoas com necessidades especiais se configurou mais pelo lado biológico da deficiência do que o terapêutico, muito em decorrência do avanço da psicologia e das teorias de aprendizagem que começaram a ressaltar a importância da escola e a maneira como os métodos e as técnicas de ensino podem influenciar o desenvolvimento das pessoas (MAZZOTTA, 1996; MIRANDA, 2008). O que se observa, historicamente, é que as pessoas diferentes eram excluídas da sociedade, ficando isoladas em manicômios e asilos, afastando-as das pessoas e minimizando o convívio social (ARANHA, 2000).

De acordo com Mazzotta (1996) o desenvolvimento da atenção às pessoas com necessidades especiais, ao longo da história brasileira, foi marcada por atitudes sociais tais como a marginalização, assistencialismo e reabilitação. Foi somente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 que se levantou a questão dos direitos à educação regular para todos aqueles que possuem algum tipo de necessidade especial, o que pode ser considerado um grande avanço, porque passam a ter direito à educação formal e à aprendizagem e não só a uma terapia ocupacional ou a ocupação com trabalhos manuais.

Os avanços alcançados com a LDB de 1961 continuaram e se fortaleceram com a Constituição de 1988, a qual estabeleceu a garantia do direito à igualdade, de tratamento igual para os diferentes, promovendo assim o bem a todos. Dessa forma, a concepção de inclusão e de integração das pessoas com necessidades especiais ganhou força em nosso país nas últimas

décadas por meio da Constituição Federal de 1988, a qual, ao abrir a discussão da universalização do ensino, colocou a educação como dever do estado em conjunto com a família, visando a igualdade de acesso e de permanência de todas as pessoas na escola, independentemente de suas diferenças.

Na mesma direção da garantia do direito à educação para todos, no cenário internacional a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990, também apontou como ideal a educação universalizada e de qualidade para todos, o que por sua vez trouxe implicações importantes para o que hoje se conhece como educação inclusiva. Como fica claro, a educação de alunos com deficiências era uma das preocupações neste momento histórico, sendo que a Declaração de Salamanca, elaborada na Espanha em 1994 veio se configurar como um marco significativo, pois está voltada especificamente para a problemática da educação especial, conforme já mencionado na introdução deste trabalho. Vê-se por esse breve histórico que no Brasil a história sobre a inclusão escolar das pessoas com necessidades especiais remete desde os hospícios até o contexto escolar.

A inclusão escolar nos dias de hoje

Do final da década de 1980 até hoje houve grandes investimentos em trabalhos e legislações, tanto nacionais quanto internacionais, no sentido de garantir igualdade de direitos e promover a inclusão de pessoas com necessidades especiais. A partir desses avanços históricos em relação às pessoas com necessidades especiais, tem-se hoje uma ampla compreensão de que a inclusão social e escolar não é uma preocupação exclusiva de governantes, de especialistas ou de grupos restritos de cidadãos com alguma diferença e sim uma questão da sociedade (FLEITH, 2011).

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), o direito à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais amparam-se nos princípios da preservação da dignidade humana, na busca da identidade e no exercício da cidadania. Sendo assim, fica claro que a educação inclusiva é um paradigma educacional fundamentado nos direitos humanos. Nessa direção, e com base no estabelecido na LDB, as Diretrizes para a Educação Especial (BRASIL,

2001) ressaltam que se entende por educação especial

um processo educacional definido em proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns. (p. 27)

Assim, é central na educação especial a ideia de que a educação de alunos com necessidades especiais, independentemente do grau e da natureza do comprometimento, deve ser realizada em ambiente escolar comum, com apoio de recursos especiais e diferenciados. Dessa forma, a inclusão escolar “não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades” (p. 28). Fica evidente, portanto, que a efetiva concretização do movimento pela inclusão escolar requer a formação qualificada de recursos humanos para as escolas, bem como a garantia de recursos financeiros e serviços de apoio pedagógico especializado que busquem assegurar o desenvolvimento de todos os estudantes.

Acompanhando os avanços e as lutas sociais pela inclusão e igualdade de direitos, e com o objetivo de constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes, o Ministério da Educação elaborou e divulgou, em 2008, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A referida política é resultado de um amplo processo de discussão promovido pelo Grupo de Trabalho composto por professores e pesquisadores da área com diferentes setores da sociedade. No âmbito dessa Política Nacional, o movimento mundial pela educação inclusiva é compreendido como “uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (p. 1).

Pode-se dizer que alguns aspectos centrais da Política Nacional são a reorientação da educação especial e articulação dos sistemas de ensino, a visão sistêmica da educação que busca superar a oposição entre educação regular e educação especial, o deslocamento do foco da “deficiência” e do “anormal” para a eliminação de barreiras que se interpõem nos processos

educacionais dos sujeitos, o desenvolvimento das capacidades de todos os alunos (FLEITH, 2011).

Dessa forma, nos dias de hoje, amparados por diversas leis e também pelo fato da sociedade ter uma maturidade diferente, a inclusão escolar é vista com outros olhos. É possível observar mudanças e melhorias significativas. Os sistemas de ensino matriculam todos os estudantes e as escolas se organizam para atendê-los de forma a garantir qualidade a todos. Diferentemente de tempos atrás, nem todos os estudantes com necessidades educacionais especiais estão exclusivamente em salas de recursos, hoje eles partilham também de aulas em turmas regulares com os demais alunos, o que muito contribui para o desenvolvimento dos mesmos.

Ainda assim são muitos os desafios existentes nesse processo de inclusão escolar, devido algumas barreiras encontradas nas gestões das escolas e nos professores. Essas barreiras podem ser identificadas em conversas com professores que sempre têm queixas a fazer, sejam elas por medo de lidar com a situação, despreparo, falta de recursos disponíveis nas escolas, falta de apoio ou até mesmo por desconforto com o novo e o diferente. Dessa forma, ainda que nos dias de hoje as escolas estejam mais favoráveis a receber e lidar com as diferenças, muitos desafios ainda precisam ser superados.

As pesquisas recentes sobre inclusão escolar

Analisando um trabalho realizado por Sant'Anna (2005), para os professores a presença de alunos especiais em sala de aula é o principal aspecto de inclusão, além de entenderem que compartilhar o mesmo espaço físico é a principal condição do conceito de educação inclusiva. Porém, a autora ressalta que apenas ter os alunos especiais no mesmo espaço que os demais não nos diz propriamente que haja relações diretas que promovam a aprendizagem dessas pessoas. As principais dificuldades para a realização da inclusão referiram-se à falta de formação especializada e de apoio técnico no trabalho com alunos inseridos nas classes regulares.

Gorgatti e Rose Junior (2009) realizaram um estudo utilizando uma escala com cerca de 90 professores. Os resultados mostram que a percepção

geral dos professores pesquisados foi negativa, tendo o pessimismo como base por não se sentirem capacitados para trabalhar com alunos que tenham algum tipo de deficiência. Por outro lado, os professores que tinham pouco tempo de regência já tinham uma visão mais positiva tanto com a relação entre todos os alunos e os alunos em específico os com deficiência (GORGATTI & ROSE JUNIOR, 2009).

Em outro estudo realizado por Duek (2011), através de uma entrevista semi-estruturada e a observação com 12 professoras, foi possível notar que trabalhar com alunos deficientes é algo imposto e sem margem para escolha e discussão a respeito da realidade, se alienando as experiências vividas. Mas nos mostra também que a inclusão depende do tipo de deficiência tendo assim aquelas que são mais fáceis de lidar que outras. Estudos como os acima mencionado mostram que os professores com mais tempo de docência já estão desmotivados com a inclusão e os que possuem menos tempo estão com o pensamento positivo em relação a eficiência da inclusão. Também foi possível observar que os professores vêem a inclusão como uma mobilização de diversos elementos em uma mesma pessoa, além de estarem sempre questionando a validade do ensino e de todo o processo envolvido para compartilhar o conhecimento com as pessoas com deficiência em um contexto em comum com os demais.

Resultados de uma pesquisa realizada por Santos e Cruz (2007) sobre a percepção de professores e alunos sobre a inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais indicam que os professores e os alunos acreditam ser uma tarefa complicada receber em sua escola alunos especiais. Uma boa relação entre aluno-professor e vice e versa é indispensável para que haja um bom desenvolvimento na aprendizagem e na inclusão desse aluno.

Em um estudo realizado por Lima e Cavalcante (2010) sobre a formação continuada do professor para educação inclusiva na rede municipal do Recife foi observado que as escolas investigadas se agarram a burocracias e as brechas legais da lei fazendo com que a inclusão de qualidade não ocorra. Mostrou também a falta de capacitação, cursos e até mesmo uma especialização para auxiliar no trabalho do dia a dia do educador. A inclusão então fica restrita na matrícula e na permanência deste em sala de aula.

Na pesquisa realizada por Schelling e Chiaro (2012) a respeito de

estratégias pedagógicas utilizadas com crianças com deficiência, foi possível perceber que mesmo os professores falando que utilizam estratégias diferenciadas, na prática foi constatado que tal uso não ocorre de forma efetiva, pois os mesmos não usam nenhuma metodologia específica e aplicam tarefas que são as mesmas para todos os alunos. Por causa desses resultados, as autoras dizem que é preciso que haja uma conscientização na escola sobre o processo inclusivo, ressaltando o papel da escola nesse processo além das adaptações necessárias no currículo, na estrutura física e na parte social, para que se obtenha êxito.

Na pesquisa realizada por Pagliarini, Flores, Maltoni e Escolano (2013) sobre a visão de licenciandos em ciências biológicas sobre a inclusão escolar, pode ser observado que a maioria dos alunos considera que inclusão é inserir as crianças portadoras de necessidades especiais em escolas de ensino regular. Entretanto, outros consideraram que, para que a inclusão aconteça de forma adequada, é necessário ter uma boa formação e boas capacitações para os futuros professores e para os professores que já lecionam. Ressaltam também a necessidade de uma boa infraestrutura nas escolas. Em relação às disciplinas ofertadas ao longo da graduação, a maioria dos discentes acha importante a inserção de disciplinas práticas e teóricas na grade curricular e enfatizam que é um passo fundamental para a educação inclusiva.

Objetivo Geral

Investigar a percepção de professores do ensino fundamental e de estudantes de licenciatura acerca da inclusão escolar.

Objetivos Específicos

- Conhecer o perfil de formação inicial e continuada dos professores.
- Compreender a percepção dos docentes sobre a importância da relação professor-aluno.
- Identificar estratégias que podem contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste estudo adotou-se a metodologia qualitativa de pesquisa que segundo Garnica (2004) caracteriza da seguinte maneira:

(a) transitoriedade de seus resultados; (b) a impossibilidade de uma hipótese a priori, cujo objetivo da pesquisa será comprovar ou refutar; (c) a não neutralidade do pesquisador que, no processo interpretativo, vale-se de suas perspectivas e filtros vivenciais prévios dos quais não consegue se desvencilhar; (d) que a constituição de suas compreensões dá-se não como resultado, mas numa trajetória em que essas mesmas compreensões e também os meios de obtê-las podem ser (re)configuradas; e (e) a impossibilidade de estabelecer regulamentações, em procedimentos sistemáticos, prévios, estáticos e generalistas. (p. 86)

Essas características citadas não são meramente regras, pois a própria descrição do que é a pesquisa nos coloca em transitoriedade podendo variar seus resultados, não permitindo partir do pressuposto de um resultado somente sem que haja um estudo para a comprovação de tal, sempre preservando os depoimentos e a conversação com os professores.

Participantes

Participaram da pesquisa quatro professores de ensino fundamental que atuam em escolas públicas de Sobradinho-DF, os quais trabalham no ensino regular, bem como três estudantes de licenciatura.

Instrumento de Pesquisa

Foram realizados questionários abertos para os professores e para os licenciandos com a intenção de identificar as percepções acerca da inclusão. Foram construídos dois questionários semelhantes, mas devidamente adaptados à realidade dos participantes, ou seja, um para os professores e outro para os estudantes de licenciatura (Anexos 1 e 2). Os questionários tinham exploravam a formação dos participantes, a percepção sobre a relação professor-aluno, as sugestões e propostas que pudessem contribuir para a

melhoria do processo ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais.

Procedimento de construção dos dados

Houve um encontro na escola onde o coordenador da mesma me recebeu e me concedeu a autorização para falar com os cinco professores de Ciências Naturais que atuam na escola, falei com eles e pedi inicialmente que me concedessem uma entrevista, porém somente um aceitou a entrevista, o restante alegou que não tinham disponibilidade de tempo e que então não seria possível. Fui em outras escolas de Sobradinho porém também não tive êxito, sendo que em uma não consegui falar com nenhum dos professores pois o diretor me pediu que voltasse um outro dia e nem me deixou entrar direito na escola.

Voltei à primeira escola e propus aos professores que respondessem a um questionário e assim eles aceitaram, porém não tinha o mínimo de dez professores de Ciências, então abri para professores de outras disciplinas. Então entreguei os dez questionários e marquei de buscá-los na próxima semana e assim fiz, porém somente quatro professores me devolveram; outros três ficaram de me enviar por e-mail e nada me foi enviado.

A partir daí decidi então agregar com resposta de alunos licenciando em Ciências Naturais, porém não obtive êxito. Mais uma vez entreguei quinze questionários, mas só obtive as respostas de três alunos. Então com as respostas dos professores e dos alunos que me entregaram as respostas dos questionários eu pude fazer a análise dos dados.

Procedimento de análise dos dados

Este estudo teve um caráter qualitativo que buscou compreender as percepções e entendimento geral de uma determinada questão, no caso, a percepção sobre inclusão escolar. Assim, a análise dos dados buscou compreender o que professores e licenciandos pensam sobre a inclusão escolar.

RESULTADOS

Os resultados obtidos nesse estudo serão apresentados em duas partes, a primeira relativa aos professores e a segunda relativa aos estudantes de licenciatura. As respostas dos participantes serão utilizadas para ilustrar suas percepções sobre o tema investigado.

Professores

Participaram do estudo quatro professores da rede pública que trabalham em escolas de Ensino Fundamental de Sobradinho - Distrito Federal. Os professores têm formação inicial em diferentes áreas: um em Educação Física, um em Inglês, um em Ciências Biológicas e outro em Ciências Naturais. O tempo de experiência na docência varia de 2 a 7 anos.

Em relação à formação continuada, um docente relatou não ter realizado nenhum curso de pós-graduação, dois indicaram que realizaram formação continuada (Educação Inclusiva Geral e Docência da Biologia) e um está realizando no presente período (Educação Especial e Educação Inclusiva).

Em relação à experiência com inclusão escolar, dentre os quatro professores apenas um ainda não teve experiência com inclusão, sendo que os demais tiveram e se sentiram desafiados. Inclusive, numa perspectiva crítica sobre o trabalho docente, um deles apontou que existe um despreparo por parte dos professores para lidar com os alunos especiais: *“Um dos aspectos negativos desta experiência foi a enorme decepção em relação a outros professores que negam aos alunos direitos adquiridos pela adequação curricular e tem uma visão deturpada e corrompida destes alunos. Em geral esses professores não leram a legislação, não fizeram nenhum curso nem estudam nada sobre o assunto. É muito ruim trabalhar com professores tão despreparados e ruins de espírito. Tenho muita paciência com alunos mas com colegas servidores públicos que atrasam a educação nem tanto”* (P3).

Quando questionados sobre o que entendem por educação inclusiva os professores responderam de forma diferente, mas todas alinhadas com a atual perspectiva. Por exemplo, P1 disse que inclusão *“é integrar o aluno na turma, adequando algumas atividades às suas necessidades”*, já P3 apresentou uma visão mais ampla, indicando que a inclusão não é somente inserir o aluno especial na sala de aula; segundo ele *“educação inclusiva é favorecer o aluno*

em suas qualidades e desejos pessoais, incentivando-o como ser humano... É tornar o dia a dia dos alunos, professores e servidores e de todos os setores pessoas melhores” (P3).

Acerca da importância dos professores no processo de inclusão os professores participantes disseram que se dá através do cuidado para que o aluno não tenha o sentimento de exclusão, destacando que o professor é o principal motivador para que o processo alcance o sucesso de forma que esteja trabalhando em equipe para que os alunos saiam melhores do que chegaram.

A importância da relação aluno-professor no processo de inclusão foi respondida por três professores, que destacaram que ela é necessária para que alcancem os objetivos esperados e que de fato ocorra a aprendizagem. Para P 2, por exemplo, *“ela é necessária para que os objetivos que se queiram alcançar sejam, de fato, consolidados e o aluno conseqüentemente tenha êxito na aprendizagem”.*

Por fim, os professores apresentaram estratégias inclusivas que já utilizaram e que acreditam que podem contribuir com a inclusão. Os professores mostraram uma visão positiva das estratégias relatando que adaptações são boas estratégias, além do auxílio da tecnologia, do uso de vídeos, internet, slides, além de atividades práticas que remetem à realidade dos alunos. O professor 3, por exemplo, cita como estratégias: *“uso de computação como slides, vídeos, internet é o básico. Copiar no quadro não. Utilizar música durante as aulas ajuda muito. Material concreto como objetos reais, trazer aquilo e fazer com que os alunos utilizem, toquem, cheirem, sintam, desmontem, montem as coisas é um passo legal”.*

A única exceção foi P1 que não mencionou estratégias usadas e indicou que *“acredito que a inclusão não funciona. Na maioria das vezes o aluno se sente diferente e o professor fica sobrecarregado tendo que adequar atividades”.*

Estudantes de licenciatura

Também participaram desse estudo três estudantes da Faculdade UnB Planaltina (FUP), sendo todos os três Licenciandos em Ciências Naturais, já no final de seus cursos.

Somente dois deles tiveram contato com disciplinas de inclusão, sendo

que o estudante 1 só teve contato a disciplina obrigatória de Libras, o estudante 2 teve contato com Libras e O Educando com Necessidades Especiais (disciplina optativa) e o estudante 3 não teve nenhum contato ainda.

Todos os estudantes souberam se expressar em relação à educação inclusiva e relataram sobre a possibilidade de que todos tenham as mesmas oportunidades de educação e sejam tratados igualmente, com o mesmo respeito: *“Educação inclusiva pra mim é quando a escola como um todo junto a comunidade consegue modificar seus meios para que os alunos possam aprender e desenvolver dentro de uma equidade sem que haja uma distinção entre os alunos com necessidades educacionais especiais ou não. Respeitando sempre a diversidade”* (E2). Outro estudante acrescentou que a inclusão também *“é darem a oportunidade dos alunos especiais estarem matriculados no ensino regular, porém tendo o atendimento que necessitam”* (E3).

Em relação à importância dos docentes no processo de inclusão dos estudantes com necessidades educativas especiais, os licenciandos julgaram importante o papel do professor, apontando que será o grande responsável por incluir esse aluno: *“as duas figuras estão diretamente relacionadas, mantendo uma papel de reciprocidade mútua”* (E1), enquanto outro defende que *“a relação aluno-professor é tão importante quanto a relação professor-aluno”* (E2). Apenas um licenciando fez referência mais direta ao papel do professor na mediação entre os estudantes e os conhecimentos científicos. O estudante afirma que *“é muito importante, pois o professor deve ter uma boa relação com esse aluno, para que possa fazer uma boa mediação com esse aluno, objetivando seu desenvolvimento”* (E3).

Em relação às estratégias inclusivas somente um dos estudantes respondeu à questão indicando possíveis estratégias a serem utilizadas, os demais acreditam que cada situação e cada aluno pede uma estratégia diferente, não sendo possível indicar a priori. Por exemplo, o estudante 2 disse *“que não tem estratégia certa, tudo está em constante transformação, pois nenhum aluno é igual ao outro e o professor sempre terá que perceber o que é melhor para cada aluno, sem excluir o próximo”*.

DISCUSSÃO

Em geral, professores e licenciandos têm uma percepção positiva da inclusão, sendo que ela se aproxima do que está estabelecido na legislação brasileira e também nas normativas internacionais. Assim como prevê a lei, os participantes compreendem que a educação de alunos com necessidades especiais deve ser realizada em ambiente escolar comum, com apoio de recursos especiais e diferenciados (BRASIL, 1996, 2001).

Apesar de apenas um docente participante dessa pesquisa ter referido que na sua percepção a inclusão não funciona, o estudo de Gorgatti e Rose Junior (2009) com professores já havia mostrado que a percepção geral dos professores pesquisados era negativa.

Um aspecto que pode contribuir para a percepção positiva dos participantes desse estudo é o fato de terem pouco tempo de experiência docente (os docentes têm no máximo 7 anos de atuação), pois conforme havia constatado Duek (2011), os professores com mais tempo de docência já estão desmotivados com a inclusão, enquanto os que possuem menos tempo têm pensamento positivo em relação a inclusão.

Professores e estudantes de licenciatura apontaram pontos diferenciados quando se fala da importância da relação aluno-professor, os professores visaram mais o alcance dos objetivos enquanto os licenciandos visaram mais a mediação entre aluno-professor. Acredito que a relação aluno-professor é de suma importância mas que depende do elo existente entre ambos e até mesmo dos saberes existentes. A mediação é uma complementação pois com ela surgem oportunidades de desenvolver o intelecto, a consciência do aluno como cidadão crítico perante a sociedade.

O estudante de licenciatura que já teve experiência com a inclusão apontou estratégias ou métodos de ensino parecidos com os mencionados pelos professores, apontando o uso de experimentações como estratégia, o que aproxima dos professores que apontaram materiais concretos como objetos reais de estudo. Em ambos os casos os alunos com necessidades educativas especiais podem tocar, sentir, montar e desmontar as coisas, o que aproxima os alunos do experimento o que os fazem compreender melhor. Metade dos participantes desse estudo apontaram estratégias que são usadas no processo de inclusão dos estudantes, mas é preciso ficar alerta ao que

Schelling e Chiaro (2012) encontraram quando confrontaram o relato e a prática dos professores: apesar de relatarem que usam estratégias diferenciadas, na prática foi constatado que tal uso não ocorre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção positiva por parte dos professores e dos licenciados participantes deste estudo é um elemento fundamental para o sucesso da inclusão escolar. Entretanto, o sucesso da inclusão escolar conforme prevê a legislação não depende apenas da posição favorável das pessoas envolvidas, depende também de conhecimento e de competências específicas. Nesse sentido, as restritas oportunidades formativas oferecidas aos professores em formação inicial aponta para a necessidade de maior atenção a esse aspecto. As lacunas na formação de professores pode contribuir para a estigmatização dos educandos, pode dificultar o uso criativo e intencional de práticas pedagógicas adequadas, além de poder gerar sentimento de impotência, frustração e medo nos professores.

Alguns professores participantes deste estudo apontaram o uso de estratégias pedagógicas voltadas para a aprendizagem dos estudantes. Estudantes de licenciatura, por outro lado, demonstraram dificuldade em apontar possíveis estratégias pedagógicas. Na prática profissional, prover suporte e orientação aos professores, ajudando-os a construir e a avaliar as estratégias mais eficazes para o aprendizado dos estudantes com necessidades educativas especiais são passos importantes para construção da inclusão.

Foi possível observar que apesar de ter conhecimento a respeito da inclusão, na prática ela não se concretiza quando o próprio professor não acredita na inclusão, o que me levou a entender que desmotiva assim qualquer projeto ou meio de inclusão que poderia ser proposto e implementado em sala de aula, mostrando que esse professor que negou a inclusão como eficaz jamais estará disposto a praticá-la em sala de aula. Por isso a percepção que uma pessoa tem sobre um fenômeno, como é o caso da inclusão escolar, é tão importante para que ela de fato ocorra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Salete. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, Eduardo José. (Org.), **Educação especial: temas atuais**. Marília: Ed. Unesp, 2000.
- BRASIL. **Lei 9.393/96 de 12 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- CECCON, V. *Escola da Vida e Vida na Escola*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, 7 a 10 de junho de 1994.
- DECLARAÇÃO Mundial Sobre Educação Para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. In: Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos. Jointem, Tailândia, 1990.
- DUEK, V. P. Inclusão escolar: O que dizem, sentem e pensam os professores. In: VII **Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina, 08 a 10 novembro de 2011, p. 584-592.
- FLEITH, Denise S. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: desafios para o psicólogo escolar. In: GUZZO, Raquel; MARINHO-ARAUJO, Claisy (Orgs.), **Psicologia Escolar: Identificando e superando barreiras**. Campinas: Átomo e Alínea, 2011, p. 33-46.
- GARNICA, A. V. M. História Oral e educação Matemática. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Orgs.), **Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GORGATTI, M. G.; ROSE JÚNIOR, D. Percepção dos professores quanto a inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física. **Movimento**, v. 15, n. 02, p. 119-140, 2009.
- LIMA, Helidiane; CAVALCANTE, Tícia. **A formação continuada do professor**

- para educação inclusiva na rede municipal do Recife.** Universidade Federal de Pernambuco, 2010, p. 1-25.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.
- MIRANDA, Arlete. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, nº 7, 2008, p. 29-44.
- Pagliari, C. D.; Flores, A. S.; Maltoni, K. L. Escolano, A. C. M. **A visão de licenciandos em ciências biológicas sobre inclusão escolar.** Em Anais do VII ENCMI, UNESP, 2013, p. 1-6.
- SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 2, 2005, p. 227-234.
- SANTOS, Fernanda; Cruz, GILMAR de Carvalho. **Percepção de professores e alunos sobre a inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais.** UNICENTRO, 2007, p. 1-4.
- SCHELLING, Michelle C.; CHIARO, Sylvia. **Estratégias Pedagógicas utilizadas com crianças com deficiência: o que sinalizam as práticas?** Universidade Federal de Pernambuco, 2012, p. 1-22.

ANEXO 1
QUESTIONÁRIO
Professores

1. Qual sua formação inicial? (área, ano de formação, local/instituição)
2. Realizou alguma formação continuada? Se sim, em qual área/ano/local? Qual sua motivação para realizar essa formação?
3. Especificamente sobre formações em inclusão escolar, você já realizou alguma? A Secretaria de Educação do DF oferece cursos nessa área?
4. Há quanto tempo você é professor?
5. Você tem ou já teve alguma experiência com inclusão na escola? Se sim, pode contar um pouco da sua experiência?
6. Sobre a inclusão, o que é Educação inclusiva para você?
7. Na sua opinião, qual a importância do professor no processo de inclusão escolar?
8. E qual a importância ou o papel da relação Aluno-Professor no processo de inclusão?
9. Em relação ao processo de ensino-aprendizagem, quais estratégias inclusivas podem contribuir para a melhoria do processo? Que tipo de atividades/métodos você considera mais favoráveis para promover processo de ensino-aprendizagem?
10. Na sua rotina como professor, você utiliza algum método ou estratégia específica para promover a inclusão entre os alunos? Se sim, quais seriam?

ANEXO 2
QUESTIONÁRIO
Estudantes de Licenciatura

1. Qual seu curso e semestre que está cursando?
2. Já cursou alguma disciplina sobre inclusão? Se sim, qual? Qual sua motivação para realizar essa disciplina?
3. O que é Educação inclusiva para você?
4. Na sua opinião, qual a importância do professor no processo de inclusão escolar?
5. E qual a importância ou o papel da relação Aluno-Professor no processo de inclusão?
6. Em relação ao processo de ensino-aprendizagem, quais estratégias inclusivas podem contribuir para a melhoria do processo? Que tipo de atividades/métodos você considera mais favoráveis para promover o processo de ensino-aprendizagem?
7. Você já teve alguma experiência como professor? Se sim, você utilizou algum método ou estratégia específica para promover a inclusão entre os alunos? Se sim, quais foram?